

## Preto no branco



As comunidades quilombolas são, por bons motivos, locais simbólicos para o movimento negro brasileiro. A transformação cultural sofrida pela figura de Zumbi — de inimigo público número 1 do século 17 a herói mítico no Brasil do século 21 — é algo a ser comemorado, creio. O que significa para esse caldeirão histórico e político complicado, então, descobrir que, do ponto de vista genômico, os atuais quilombolas são quase tão europeus quanto africanos, além de terem relevante contribuição indígena em seu DNA?

Vestindo o meu “chapéu” de repórter, não pude explorar diretamente essa questão em uma oportunidade anterior. Por isso, decidi voltar ao tema por aqui, ainda que de modo breve.

Deu pra sentir, ao conversar com as pesquisadoras que assinam o estudo com esses resultados (média de 40% de ascendência africana, 40% de ascendência europeia e 20% de ascendência indígena em quilombolas do Estado de São Paulo), que a coisa é algo tensa do ponto de vista político por natureza. Ambas se mostraram preocupadas que eu usasse os resultados para dar a entender que os quilombolas “não eram negros” ou que, dependendo da maneira que eu abordasse a pesquisa, os membros dessas comunidades ficassem chateados e não quisessem mais trabalhar com elas. (Sinceramente torço para que isso não aconteça.)

Minha primeira observação, ainda que um tanto óbvia, é que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. A posse de um pedaço de terra tradicional não deveria estar atrelada a um fenótipo, a uma aparência “padrão”, e muito menos a um “RG genético”, um certificado genômico de negritude (ou de “indianidade”).

Coisas como a posse da terra são essencialmente fenômenos históricos — quando se consegue comprovar a continuidade de dada população num local por muito tempo, e a chegada posterior de outros grupos, a lógica (e a decência, em especial) ditam que o grupo que chegou depois não pode simplesmente tomar as terras do que chegou primeiro. Isso vale para indígenas, para ribeirinhos e para quilombolas, por mais casamentos mistos que tenham acontecido no passado remoto ou recente.

Beleza. Mas é preciso ressaltar que os dados genéticos também indicam que as porcentagens que eu citei acima não foram parar no núcleo das células dos quilombolas de forma fofinha, romântica, igualitária. Quando se olha não para o total do genoma, mas para o mtDNA (DNA mitocondrial), só transmitido pelo lado materno, e para o cromossomo Y, só transmitido pelo lado paterno, o que fica claro é uma assimetria fundamental, indiscutível.

Vejamos: de um lado, do lado materno, cerca metade dos quilombolas tem mtDNA tipicamente africano, e a outra metade, mtDNA “ameríndio” (o de origem europeia gira em torno de 1% a 2%). Do paterno, o cromossomo Y dos homens dessas comunidades é, em sua maioria (61%) europeu, 30% africano e 9% indígena.

O problema aí, claro, é o seguinte: em populações humanas naturais, cada sexo corresponde a mais ou menos 50% da população (embora nasçam e morram mais homens, um tiquinho a mais). Essa desigualdade em termos chãos e despídos dos adornos da retórica, só pode significar uma coisa: homens negros e, principalmente, indígenas, estavam sendo direta ou indiretamente impedidos de se reproduzir pelos homens europeus quando os quilombos se formaram, seja por regimes de trabalho desumanos, seja por serem segregados das mulheres de sua etnia (e, com certeza, das mulheres de origem europeia!).

É absurdamente significativo que mais da metade dos escravos fugidos ou abandonados que formaram o quilombo provavelmente tivessem pai branco — embora, é claro, outros brancos possam ter se incorporado às comunidades quilombolas ao longo dos séculos. E a situação indígena, claro, é ainda mais severa.

É por isso, em resumo, que não cola o uso dos dados genéticos para pintar um Brasil “mestiço”, “igualitário”.

Um rápido adendo. Nos comentários e no Facebook, alguns leitores me questionaram sobre a proporção original de homens e mulheres nas populações originais (um geneticista diria “populações parentais”) do Brasil colonial. Sabemos que relativamente poucas mulheres de origem europeia aportaram por aqui nos primeiros séculos de colonização. Isso não desmontaria o meu raciocínio?

*Nope*, não desmonta. Pro resultado final a proporção de mulheres europeias é irrelevante. Ela pode ajudar a explicar a baixa presença de mtDNA europeu, mas não explica a baixa presença de Y ameríndio e africano. A lógica diz, que no caso dos indígenas, não havia assimetria entre os sexos, enquanto no caso dos africanos deveria haver *mais* homens do que mulheres (mais braços pra lavoura). Ou seja, a conta continua não batendo. Tem Y de negro e índio faltando aí, e muito. Se alguém acha que tem outra explicação pra isso sem postular o monopólio sexual de toda a mulherada pelos europeus, sou todo ouvidos.

\***Reinaldo José Lopes** é jornalista de ciência e autor do livro *Além de Darwin*.

[box type="bio"]Este artigo foi divulgado anteriormente na Folha de S.Paulo, edição online, de 28 setembro de 2013. A equipe do CIÊNCIAemPAUTA esclarece que o conteúdo e opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a opinião do site.  
[/box]